



RELATÓRIO ANUAL 2020

RELATÓRIO ANUAL 2020



SICOOB

SUMÁRIO

Conselho de Administração	03
Conselho Fiscal	
Mensagem do Presidente	04
Demonstrações de Fluxos de Caixa	13
Demonstrações de Resultado Abrangente	14
Mensagem da Diretoria	04
Notas Explicativas	15
Relatório de Administração	05
Relatório da Auditoria	26
Balanço Patrimonial	09
Parecer do Conselho Fiscal	28
Demonstrações de Sobras ou Perdas	11
Demonstrações Gráficas	29
Demonstrações de Mutações do Patrimônio	12
Onde Estamos	32

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mandato até a homologação da AGO 2022

CONSELHO DE FISCAL

Mandato até a homologação da AGO 2022

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Arnóbio Rios de Almeida

VICE PRESIDENTE

Manoel de Jesus

CONSELHEIROS

Givânia Queiroz do Carmo Santiago
Abelardo Almeida Pacheco
Rogério Carvalho Almeida
Roberto Silva Fernandes
Naira Silva Pimentel
Marcio Magno Silva de Oliveira
Vandilson Martins de Souza

CONSELHO DE FISCAL

EFETIVOS

Manoel Robério Filgueiras Soares
Gilnei Mendes Pedreira
Janilton Teixeira de Santana

SUPLENTES

Honório Nogueira Marotinho
Ediene Santos de Oliveira
Luane Oliveira Lima



MENSAGEM DO PRESIDENTE



Arnóbio Rios

Presidente

Saúdo a todos os cooperados!

Começamos agradecendo a todos os cooperados, delegados, colaboradores, diretores, conselheiros fiscais e conselheiros de administração pela confiança e participação efetiva na contínua construção da nossa cooperativa.

É com muito prazer que apresentamos o Relatório Anual do Sicoob Sertão. O ano de 2020 foi muito desafiador, porém os resultados alcançados demonstram o profissionalismo de uma equipe incansável para continuar evoluindo e demonstrando que ano após ano o Sicoob Sertão tem alcançado resultados positivos e você foi fundamental para alcançarmos este resultado. Atingimos R\$ 240.769.026 (duzentos e quarenta milhões, setecentos e sessenta e nove mil, vinte e seis reais) em ATIVOS, um crescimento de 32% referente ao ano anterior. Esperamos que você se sinta parte deste trabalho.

Vivemos dias de incertezas em função da pandemia causada pelo Coronavírus. O primeiro semestre foi muito difícil, foi necessário fazermos uma gestão com muita disciplina, reduzindo despesas administrativas, ampliando os negócios dando foco em nossos produtos e serviços mais rentáveis do nosso portfólio, investindo bastante na formação da equipe para melhor atender às necessidades do associado.

Estamos pautados no 5º princípio do cooperativismo que é: Educação, formação e informação. Nossos colaboradores estão em permanente formação para entregar soluções adequadas aos associados, isso consolida uma relação de confiança entre as partes e esse conhecimento dá segurança aos associados.

Em 27.11.20, tivemos eleição para delegados. Foram eleitos 120 efetivos e 30 suplentes com homologação na AGE em 17.12.20 para mandato de três anos. Baseado

no mesmo princípio, o setor de gestão de pessoas do Sicoob Sertão apresentou um programa de desenvolvimento para os delegados com o objetivo de prepará-los e capacitá-los para o exercício de suas funções de forma eficaz e assertiva, auxiliando a gestão da cooperativa nas tomadas de decisão e representando os interesses e opiniões do grupo de cooperados que representa.

Que Deus nos abençoe!

Arnóbio Rios de Almeida

Presidente



MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

Romildo Pedreira

Diretor Operacional

Everaldo Alves

Diretor Administrativo

Apesar da crise e da pandemia em 2020, o Sistema Cooperativista de Crédito tem se mantido em crescimento em todo o país, pois as cooperativas financeiras se constituem como um modelo de negócio que pela sua natureza está mais próximo das pessoas e da comunidade onde está inserida, tornando-se a cada dia mais sólida e eficiente.

Em um ano marcado pela avanço da Pandemia, o Sicoob Sertão adotou as medidas necessárias como preconiza a OMS (Organização Mundial de Saúde) respeitando sempre os decretos, tanto no contexto estadual, como municipal, cumprindo um protocolo de segurança visando garantir a integridade de seus colaboradores, cooperados e da população em geral, no sentido de minimizar os riscos da disseminação e da contaminação. As medidas estenderam-se através do incentivo da utilização de máscaras bem como do incentivo da utilização das plataformas digitais.

Com o Propósito de conectar pessoas visando promover a justiça financeira e prosperidade em nossa área de atuação, o Sicoob Sertão vem cumprindo o seu papel enquanto agente financeiro, seja através de redução das suas taxas em operações de crédito, apoio a projetos que possa desenvolver a comunidade ou oferecendo produtos e serviços financeiros que atenda às necessidades das pessoas ou através da distribuição de sobras/resultados.

Alinhado ao Planejamento estratégico, em 2020 o Sicoob Sertão apresentou um crescimento expressivo frente ao ano anterior, mesmo com as restrições por motivo da pandemia, isto foi possível graças a medidas adotadas pela gestão executiva bem como da execução de projetos estratégicos de redução de despesas e aumento de receitas. Afim de cumprir o planejamento para o ano fez-se necessário o realinhamento das metas para o exercício. Este crescimento torna-se visível através dos indicadores da nossa cooperativa apresentados no relatório da administração.

Em 2020, o Sicoob Sertão seguiu investindo forte em capacitação, seja através do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e do quadro de funcionários da cooperativa, afim de melhorar sempre a qualidade dos serviços prestados ao quadro social.

2020 foi um ano de superar desafios e bater as metas estabelecidas pelo Conselho de Administração, dessa forma queremos agradecer a toda equipe de colaboradores do Sicoob Sertão por entender que sem eles não seria possível superar os desafios e chegar ao resultado esperado. Agradecer ao Conselho de Administração por mais um ano de confiança depositada em nosso trabalho.

Sabemos dos desafios propostos para 2021, mas alinhados às ações propostas pelo Conselho de Administração e confiantes no que temos que percorrer para trazer um crescimento com sustentabilidade para o Sicoob Sertão, a Diretoria Executiva juntamente com Gerentes de Eixo, Gerentes de PA e demais colaboradores estarão imbuídos na missão de tornar-se referência na promoção de desenvolvimento econômico de forma sustentável através da cooperação, para isso continuaremos a buscar parcerias com a iniciativa pública e privada afim de manter o crescimento sólido do Sicoob Sertão. Somos gratos pelo caminho percorrido até aqui, mas estamos confiantes do que temos que fazer para manter este crescimento em 2021.

Um forte abraço!

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/2020 da Cooperativa de Crédito do Sertão Baiano LTDA – SICOOB SERTÃO, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 30/05/2020 o SICOOB SERTÃO completou 23 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2020, o SICOOB SERTÃO obteve um resultado positivo de R\$ 5.560.071,67 (sem destinações do período) representando retorno sobre o Patrimônio Líquido de 11,20%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 107.072.451,25. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 111.694.697,61 (sem provisão).

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$ 7.203.416,87	6%
Carteira Comercial	R\$ 104.491.280,74	94%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 7,7% da carteira, no montante de R\$ 8.638.473,61.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 178.862.717,67, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior 44,7%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 70.854.529,44	40 %
Depósitos a Prazo	R\$ 108.008.188,23	60 %

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2020 o percentual de 9,3% da captação, no montante de R\$ 16.588.936,53.



5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB SERTÃO era de R\$ 40.225.658,88. O quadro de associados era composto por 42.751 Cooperados, havendo um decréscimo de 0,1% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB SERTÃO adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL BA, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito trienalmente na AGO, com mandato até a AGO de 2022, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL BA, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB SERTÃO aderiram, em 2011, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, a Ouvidoria do SICOOB SERTÃO registrou 60 (sessenta) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 60 (sessenta) reclamações, 31(trinta e uma) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).



Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

12. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

12.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

12.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de

ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

12.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

12.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

12.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e,



assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Pintadas/BA, 22 de Fevereiro de 2021.

Conselho de Administração e Diretoria



2

BALANÇO PATRIMONIAL

	Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			240.769.026,25	182.295.721,23
Circulante			157.684.238,46	124.537.405,81
Caixa e Equivalentes de Caixa		4	113.968.712,63	82.625.507,51
Disponibilidades			6.896.261,38	6.120.853,89
Centralização Financeira - Cooperativas			107.072.451,25	76.504.653,62
Instrumentos Financeiros		5	1.210.904,43	528.858,32
Títulos e Valores Mobiliários			1.210.904,43	528.858,32
Relações Interfinanceiras		6	18.739,92	83.888,25
Correspondente no País			18.739,92	83.888,25
Operações de Crédito		7	40.575.486,94	38.572.565,87
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados			35.139.598,45	33.379.101,96
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados			(2.942.391,85)	(4.925.376,39)
Financiamentos			3.909.734,99	4.373.153,53
(-) Provisão para Operações de Financiamentos			(292.903,35)	(448.703,34)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais			4.846.952,02	6.430.013,68
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais			(85.503,32)	(235.623,57)
Outros Créditos		8	1.607.638,44	2.336.345,86
Créditos por Avais e Fianças Honradas			455.158,61	517.344,42
Rendas a Receber			176.570,39	285.310,28
Diversos			1.320.722,82	1.949.219,62
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa			(344.813,38)	(415.528,46)
Outros Valores e Bens		9	302.756,10	390.240,00
Outros Valores e Bens			140,00	140,00
Despesas Antecipadas			302.616,10	390.100,00
Não Circulante			83.084.787,79	57.758.315,42
Realizável a Longo Prazo			66.903.610,85	43.223.811,58
Instrumentos Financeiros		5	114.346,71	111.267,17
Títulos e Valores Mobiliários			114.346,71	111.267,17
Operações de Crédito		7	63.200.431,40	39.196.591,81
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados			59.628.635,23	41.004.327,82
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados			(4.194.870,40)	(7.584.542,87)
Financiamentos			5.813.312,07	4.625.000,21
(-) Provisão para Operações de Financiamentos			(344.779,10)	(320.666,44)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais			2.356.464,85	1.542.629,24
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais			(58.331,25)	(70.156,15)
Outros Créditos		8	1.172.142,62	1.009.570,32
Diversos			496.321,52	538.000,00
Devedores por Depósitos em Garantia			1.500,00	1.500,00
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos			679.818,24	487.062,65
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa			(5.497,14)	(16.992,33)
Outros Valores e Bens		9	2.416.690,12	2.906.382,28
Outros Valores e Bens			2.696.912,12	3.186.604,28
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens			(280.222,00)	(280.222,00)
Permanente			16.181.176,94	14.534.503,84



2

BALANÇO PATRIMONIAL

Investimentos	10	10.076.303,29	9.292.159,53
Participação em Cooperativa Central de Crédito		6.028.367,07	5.503.374,86
Participação em Inst. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		4.047.936,22	3.788.784,67
Imobilizado de Uso	11	6.020.513,62	5.162.272,83
Imobilizado de Uso		9.658.347,03	8.227.547,44
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(3.637.833,41)	(3.065.274,61)
Intangível	12	84.360,03	80.071,48
Ativos Intangíveis		604.917,68	567.097,68
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(520.557,65)	(487.026,20)
Total do Ativo		240.769.026,25	182.295.721,23
PASSIVO		190.954.331,31	135.472.787,53
Circulante		189.826.237,57	133.794.029,26
Depósitos	13	178.862.717,67	123.595.713,49
Depósitos à Vista		70.854.529,44	40.160.974,64
Depósitos Sob Aviso		13.955,19	13.672,85
Depósitos à Prazo		107.994.233,04	83.421.066,00
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	1.266.359,06	116.481,64
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Do Agronegócio		1.266.359,06	116.481,64
Relações Interfinanceiras	15	4.295.616,00	6.324.976,76
Repasses Interfinanceiros		4.295.605,79	6.323.799,18
Relações com Correspondentes		10,21	1.177,58
Outras Obrigações	16	5.401.544,84	3.756.857,37
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	16.1	57.552,68	51.851,18
Sociais e Estatutárias	16.2	1.793.618,32	1.135.578,59
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	16.3	383.946,99	391.635,24
Diversas	16.4	3.166.426,85	2.177.792,36
Não Circulante		1.128.093,74	1.678.758,27
Relações Interfinanceiras	15	1.128.093,74	1.678.758,27
Repasses Interfinanceiros		1.128.093,74	1.678.758,27
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		49.814.694,94	46.822.933,70
Capital Social	18	33.929.951,44	34.707.900,12
De Domiciliados No País		34.007.154,14	34.834.405,75
(-) Capital A Realizar		(77.202,70)	(126.505,63)
Reserva de Sobras	18.2	12.826.704,08	10.880.679,00
Sobras ou Perdas Acumuladas	18.4	3.058.039,42	1.234.354,58
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		240.769.026,25	182.295.721,23

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ROMILDO PEDREIRA DE ALMEIDA
DIRETOR OPERACIONAL

EVERALDO ALVES OLIVEIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR - CRC/BA N 023450/O-3



3

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS

Descrição	Notas	2º Sem2020	31/12/2020	2º Sem2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira	20	14.953.572,88	27.263.386,78	15.700.467,17	29.867.984,50
Operações de Crédito		13.928.585,05	24.863.990,79	13.818.069,99	26.142.905,43
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		11.501,84	26.346,61	10.507,34	15.872,41
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		1.013.485,99	2.373.049,38	1.871.889,84	3.709.206,66
Dispêndio da Intermediação Financeira	21	(3.652.072,54)	(10.129.750,97)	(8.145.451,09)	(14.346.745,96)
Operações de Captação no Mercado		(1.076.162,68)	(2.560.061,36)	(2.158.354,59)	(4.383.859,12)
Operações de Empréstimos e Repasses		(138.304,84)	(292.894,52)	(194.304,25)	(376.984,42)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		(2.437.605,02)	(7.276.795,09)	(5.792.792,25)	(9.585.902,42)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		11.301.500,34	17.133.635,81	7.555.016,08	15.521.238,54
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(4.649.708,35)	(10.289.176,04)	(6.145.159,85)	(11.398.449,77)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	22	2.866.692,40	5.407.372,19	2.371.360,29	4.200.890,71
Rendas (Ingressos) de Tarifas	23	3.232.529,05	6.855.127,68	4.056.920,17	7.485.207,45
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	24	(4.840.086,99)	(10.282.702,52)	(5.021.118,14)	(9.622.346,07)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	25	(5.427.814,47)	(11.257.686,35)	(6.338.026,59)	(11.969.275,04)
Despesas (Dispêndios) Tributárias	26	(318.729,60)	(621.853,14)	(275.657,70)	(482.302,88)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	27	1.220.756,95	2.752.366,06	2.054.845,24	3.931.040,73
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	28	(1.433.358,02)	(3.252.907,90)	(2.997.881,59)	(4.831.238,25)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas	29	50.302,33	111.107,94	4.398,47	(110.426,42)
Resultado Operacional		6.651.791,99	6.844.459,77	1.409.856,23	4.122.788,77
Outras Receitas e Despesas	30	37.679,56	(75.780,44)	(121.911,47)	(151.852,60)
Lucros em Transações com Valores e Bens		31.531,72	31.531,72	10.668,53	10.668,53
Prejuízos em Transações com Valores e Bens		-	(113.460,00)	(16.500,00)	(46.441,13)
Outras Despesas/Receitas de Provisões		6.147,84	6.147,84	(116.080,00)	(116.080,00)
Resultado Antes da Tributação e Participações		6.689.471,55	6.768.679,33	1.287.944,76	3.970.936,17
Imposto de Rendas		(26.815,31)	(155.600,09)	49.847,65	-
Contribuição Social		(23.289,18)	(107.760,05)	37.108,59	-
Sobras/Perdas Antes das Destinações		6.639.367,06	6.505.319,19	1.374.901,00	3.970.936,17
Destinações Legais e Estatutárias		-	(2.502.032,25)	-	(906.943,78)
FATES		-	(556.007,17)	-	(201.543,06)
Reserva Legal		-	(1.946.025,08)	-	(705.400,72)
Resultado Antes dos Juros ao Capital		6.639.367,06	4.003.286,94	1.374.901,00	3.063.992,39
Juros ao Capital	19	(945.247,52)	(945.247,52)	(1.129.244,90)	(1.955.505,53)
Sobras/Perdas Líquidas		5.694.119,54	3.058.039,42	245.656,10	1.108.486,86

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ROMILDO PEDREIRA DE ALMEIDA
DIRETOR OPERACIONAL

EVERALDO ALVES OLIVEIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR - CRC/BA N 023450/O-3



4

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO

Eventos	Notas	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Expansão		
Saldo em 31/12/2018		31.355.056,89	(189.974,95)	9.742.323,24		1.987.356,44	42.894.761,62
Destinações de Sobras Exercício Anterior:							
Ao Capital		1.975.084,15				(1.975.084,15)	
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados						(12.272,29)	(12.272,29)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		560.054,63	52.777,98				612.832,61
Por Devolução (-)		(2.851.985,52)					(2.851.985,52)
Estorno de Capital		(1.500,00)					(1.500,00)
Sobras ou Perdas Brutas						3.970.936,17	3.970.936,17
Remuneração de Juros ao Capital:							
Provisão de Juros ao Capital		1.888.513,13				(1.955.505,53)	(1.955.505,53)
Juros ao Capital		(7.647,26)					1.888.513,13
IRRF sobre Juros ao Capital							(7.647,26)
Movimentações por incorporações		1.916.829,73	10.691,34	417.917,13	15.037,91	125.867,72	2.486.343,83
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							
Fundo de Reserva				705.400,72		(705.400,72)	
FATES						(201.543,06)	(201.543,06)
Saldo em 31/12/2019		34.834.405,75	(126.505,63)	10.865.641,09	15.037,91	1.234.354,58	46.822.933,70
Destinações de Sobras Exercício Anterior:							
Constituição de Reservas				15.037,91	(15.037,91)		
Ao Capital		1.216.833,13				(1.216.833,13)	
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados						(17.521,45)	(17.521,45)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		555.279,71	49.302,93				604.582,64
Por Devolução (-)		(3.497.884,94)					(3.497.884,94)
Estorno de Capital		(7.500,00)					(7.500,00)
Sobras ou Perdas Brutas						6.505.319,19	6.505.319,19
Remuneração de Juros ao Capital:							
Provisão de Juros ao Capital						(945.247,52)	(945.247,52)
Juros ao Capital		906.378,83					906.378,83
IRRF sobre Juros ao Capital		(358,34)					(358,34)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:				1.946.025,08			
Fundo de Reserva						(1.946.025,08)	
FATES						(556.007,17)	(556.007,17)
Saldo em 31/12/2020		34.007.154,14	(77.202,70)	12.826.704,08		3.058.039,42	49.814.694,94
Saldo em 30/06/2019		34.139.373,20	(143.095,25)	10.160.240,37	15.037,91	1.895.642,26	46.067.198,49
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		336.301,27	16.589,62				352.890,89
Por Devolução (-)		(1.521.921,22)					(1.521.921,22)
Estorno de Capital		(213,37)					(213,37)
Sobras ou Perdas Brutas						1.374.901,00	1.374.901,00
Remuneração de Juros ao Capital:							
Provisão de Juros ao Capital						(1.129.244,90)	(1.129.244,90)
Juros ao Capital		1.888.513,13					1.888.513,13
IRRF sobre Juros ao Capital		(7.647,26)					(7.647,26)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							
Fundo de Reserva				705.400,72		(705.400,72)	
FATES						(201.543,06)	(201.543,06)
Saldo em 31/12/2019		34.834.405,75	(126.505,63)	10.865.641,09	15.037,91	1.234.354,58	46.822.933,70
Saldo em 30/06/2020		35.206.140,88	(98.257,46)	10.880.679,00		(134.047,87)	45.854.514,55
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		295.299,09	21.054,76				316.353,85
Por Devolução (-)		(2.394.806,32)					(2.394.806,32)
Estorno de Capital		(5.500,00)					(5.500,00)
Sobras ou Perdas Brutas						6.639.367,06	6.639.367,06
Remuneração de Juros ao Capital:							
Provisão de Juros ao Capital						(945.247,52)	(945.247,52)
Juros ao Capital		906.378,83					906.378,83
IRRF sobre Juros ao Capital		(358,34)					(358,34)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							
Fundo de Reserva				1.946.025,08		(1.946.025,08)	
FATES						(556.007,17)	(556.007,17)
Saldo em 31/12/2020		34.007.154,14	(77.202,70)	12.826.704,08		3.058.039,42	49.814.694,94

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



5

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	2º Sem2020	31/12/2020	2º Sem2019	31/12/2019
Atividades Operacionais					
Sobras/Perdas Antes das Destinações		6.639.367,06	6.505.319,19	1.374.901,00	3.970.936,17
Juros ao Capital Recebido		(155.583,12)	(155.583,12)	(301.451,77)	(301.451,77)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(318.923,72)	-	(495.852,16)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		2.437.605,02	7.276.795,09	5.792.792,25	9.585.902,42
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas		239.104,74	515.545,38	336.680,20	688.488,81
Provisão/Reversão para desvalorização de outros valores e bens		22.240,00	22.240,00	116.080,00	116.080,00
Depreciações e Amortizações		374.114,68	718.197,88	328.364,64	646.194,25
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações		9.556.848,38	14.563.590,70	7.647.366,32	14.210.297,72
Títulos e Valores Mobiliários		(186.662,36)	(685.125,65)	(27.013,66)	(535.124,63)
Relações Interfinanceiras		90.606,43	65.148,33	229.306,79	(24.621,98)
Operações de Crédito		(26.974.382,67)	(33.283.555,75)	(2.702.016,26)	(11.721.680,22)
Outros Créditos		(267.260,88)	566.135,12	(159.942,19)	(636.831,63)
Outros Valores e Bens		(67.092,74)	554.936,06	(192.786,18)	(33.468,26)
Depósitos à Vista		12.908.829,66	30.693.554,80	6.562.383,25	9.164.813,28
Depósitos sob Aviso		53,59	282,34	354,26	2.424,79
Depósitos à Prazo		16.012.932,36	24.573.167,04	2.977.917,32	8.500.906,51
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio		320.237,67	1.149.877,42	66.303,84	116.481,64
Relações Interdependências		-	-	(4.167,68)	(2.605,87)
Relações Interfinanceiras		(164.690,02)	(2.580.025,29)	251.321,56	947.649,57
Outras Obrigações		762.454,87	447.254,71	(2.388.796,43)	(1.970.263,82)
FATES Sobras Exercício		(556.007,17)	(556.007,17)	(201.543,06)	(201.543,06)
Imposto de Renda		(26.815,31)	(155.600,09)	49.847,65	-
Contribuição Social		(23.289,18)	(107.760,05)	37.108,59	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		11.385.762,63	35.245.872,52	12.145.644,12	17.816.434,04
Recebimento Dividendos		-	259.148,68	-	463.920,04
Distribuição Sobras da Central		-	59.775,04	-	31.932,12
Recebimento de Juros ao Capital		155.583,12	155.583,12	301.451,77	301.451,77
Aquisição de Intangível		(0,00)	(37.820,00)	(499,00)	(25.352,47)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(985.494,54)	(1.542.907,22)	(435.964,48)	(921.942,24)
Aquisição de investimentos		(331.381,20)	(784.143,76)	(423.300,67)	(1.456.821,94)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(1.161.292,62)	(1.890.364,14)	(558.312,38)	(1.606.812,72)
Aumento por Novos Aportes de Capital		316.353,85	604.582,64	352.890,89	612.832,61
Devolução de Capital à Cooperados		(2.394.806,32)	(3.497.884,94)	(1.521.921,22)	(2.851.985,52)
Estorno/Cancelamento de Capital		(5.500,00)	(7.500,00)	(213,37)	(1.500,00)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		-	(17.521,45)	-	(12.272,29)
Juros ao Capital pago		906.378,83	906.378,83	1.888.513,13	1.888.513,13
IRRF sobre Juros ao Capital		(358,34)	(358,34)	(7.647,26)	(7.647,26)
Aumento no Capital por Incorporações		-	-	-	1.927.521,07
Aumento nas Reservas por Incorporações		-	-	-	432.955,04
Sobras/Perdas por incorporações		-	-	-	125.867,72
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		(1.177.931,98)	(2.012.303,26)	711.622,17	2.114.284,50
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		9.046.538,03	31.343.205,12	12.298.953,91	18.323.905,82
Caixa e Equivalentes de Caixa no Ínicio do Período		104.922.174,60	82.625.507,51	70.326.553,60	64.301.601,69
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	4	113.968.712,63	113.968.712,63	82.625.507,51	82.625.507,51
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		9.046.538,03	31.343.205,12	12.298.953,91	18.323.905,82

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ROMILDO PEDREIRA DE ALMEIDA
DIRETOR OPERACIONAL

EVERALDO ALVES OLIVEIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR - CRC/BA N 023450/O-3



6

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE

	DRA	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019	
Sobras/Perdas Líquidas			5.694.119,54	3.058.039,42	245.656,10	1.108.486,86	
Outros resultados abrangentes			-	-	-	-	
Total do resultado abrangente		31	5.694.119,54	3.058.039,42	245.656,10	1.108.486,86	
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.							
<hr/>		<hr/>		<hr/>		<hr/>	
ROMILDO PEDREIRA DE ALMEIDA DIRETOR OPERACIONAL		EVERALDO ALVES OLIVEIRA DIRETOR ADMINISTRATIVO		VALMIR LIMA SILVA CONTADOR - CRC/BA N 023450/O-3			



NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DO SERTÃO BAIANO LTDA - SICOOB SERTÃO**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **20/08/1997**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA – SICOOB CENTRAL BA** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB SERTÃO**, possui agência sede em Pintadas –BA e **16** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **CAPELA DO ALTO ALEGRE - BA, IPIRÁ - BA, VÁRZEA DA ROÇA - BA, ITABERABA - BA, PÉ DE SERRA - BA, BOA VISTA DO TUPIM - BA, BAIXA GRANDE - BA, RUY BARBOSA - BA, UTINGA - BA, PIRITIBA - BA, IRECÊ - BA, SENHOR DO BONFIM - BA, PONTO NOVO - BA, ANDORINHA - BA, SEabra - BA, CAMPO FORMOSO - BA.**

O **SICOOB SERTÃO** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 12/02/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.



2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A COOPERATIVA DE CREDITO DO SERTAO BAIANO LTDA - SICOOB SERTAO junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em garantia



Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL BA** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

m) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

o) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

t) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

u) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.



4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	4.574.944,03	5.228.853,89
Numerário em Trânsito	2.125.000,00	892.000,00
Depósitos Bancários - BB	196.317,35	-
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	107.072.451,25	76.504.653,62
TOTAL	113.968.712,63	82.625.507,51

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao COOPERATIVA DE CRÉDITO DO SERTÃO BAIANO LTDA - SICOOB SERTÃO conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 3.709.206,66 e R\$ 2.373.049,38, respectivamente, com taxa média de 98% do CDI.

5. Instrumentos Financeiros

5.1. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de dezembro de 2020** e **2019**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cotas de Fundos de Investimento	178.024,69	-	528.858,32	-
Vinculados a Prestação de Garantias	1.032.879,74	114.346,71	-	111.267,17
TOTAL	1.210.904,43	114.346,71	528.858,32	111.267,17

(a) Fundo de investimento junto ao Banco do Brasil (BB Renda Fixa Curto Prazo Automático);

(b) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Recibo de Depósitos Cooperativos – RDC no **SICOOB CENTRAL BA**, com remuneração de, aproximadamente, 98% a 101% do CDI. Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos exercícios findos em 31/12/2020 foram de R\$ 25.606,67.

6. Relações interfinanceiras

Em **31 de dezembro de 2020** e **31 de dezembro de 2019**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Correspondentes No País	18.739,92	83.888,25
TOTAL	18.739,92	83.888,25

7. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	35.139.598,45	59.628.635,23	94.768.233,68	74.383.429,78
Financiamentos	3.909.734,99	5.813.312,07	9.723.047,06	8.998.153,74
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	4.846.952,02	2.356.464,85	7.203.416,87	7.972.642,92
Total de Operações de Crédito	43.896.285,46	67.798.412,15	111.694.697,61	91.354.226,44
(-) Provisões para Operações de Crédito	(3.320.798,52)	(4.597.980,75)	(7.918.779,27)	(13.585.068,76)
TOTAL	40.575.486,94	63.200.431,40	103.775.918,34	77.769.157,68

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Emprestimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA - Normal	5.976.189,26	86.518,80	85.530,18	6.148.238,24		1.811.836,74	
A 0,5%	35.541.970,28	3.138.500,42	3.923.642,78	42.604.113,48	(213.020,57)	33.178.432,24	(165.892,16)
B 1%	20.624.812,91	2.063.849,13	1.587.575,04	24.276.237,08	(242.762,37)	16.516.488,17	(165.164,88)
B 1% Vencidas	1.593.118,07	4.530,38	179.885,67	1.777.534,12	(17.775,34)	1.855.111,70	(18.551,12)
C 3%	17.852.899,01	2.836.390,47	1.135.434,44	21.824.723,92	(654.741,72)	14.288.260,73	(671.065,36)
C 3% Vencidas	1.527.438,89	83.004,16	48.634,50	1.659.077,55	(49.772,33)	4.028.023,66	(120.840,71)
D 10%	4.040.870,02	715.144,64	126.852,82	4.882.867,48	(488.286,75)	3.671.599,46	(419.675,29)
D 10% Vencidas	549.147,16	96.137,28	50.412,26	695.696,70	(69.569,67)	942.503,96	(94.250,40)
E 30%	859.143,61	160.613,27	-	1.019.756,88	(305.927,06)	1.422.808,89	(843.213,65)
E 30% Vencidas	374.550,57	150.249,78	17.365,80	542.166,15	(162.649,85)	1.571.920,90	(471.576,27)
F 50%	539.946,14	16.227,11	-	556.173,25	(278.086,63)	1.144.725,06	(790.652,02)
F 50% Vencidas	289.196,71	5.031,58	-	294.228,29	(147.114,15)	1.300.433,01	(650.216,51)
G 70%	208.896,54	93.504,60	-	302.401,14	(211.680,80)	376.845,32	(279.264,73)
G 70% Vencidas	80.004,79	33.636,47	-	113.641,26	(79.548,88)	1.168.436,92	(817.905,84)
H 100%	1.914.206,20	38.395,14	48.083,38	2.000.684,72	(2.000.684,72)	1.043.462,74	(1.043.462,74)
H 100% Vencidas	2.795.843,52	201.313,83	-	2.997.157,35	(2.997.157,43)	7.033.336,94	(7.033.336,94)
Total Normal	87.558.933,97	9.149.143,58	6.907.118,64	103.615.196,19	(4.395.190,62)	73.454.459,35	(4.378.390,97)
Total Vencidos	7.209.299,71	573.903,48	296.298,23	8.079.501,42	(3.523.587,65)	17.899.767,09	(9.206.677,79)
Total Geral	94.768.233,68	9.723.047,06	7.203.416,87	111.694.697,61	(7.918.778,27)	91.354.226,44	(13.585.068,76)
Provisões	(7.137.262,25)	(637.682,45)	(143.834,57)	(7.918.779,27)		(13.585.068,76)	
Total Líquido	87.630.971,43	9.085.364,61	7.059.582,30	103.775.918,34		77.769.157,68	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositantes	215.722,34	-	-	215.722,34
Cheque Especial e Conta Garantida	2.867.244,45	-	-	2.867.244,45
Empréstimos	7.886.902,17	19.966.023,42	59.628.635,23	87.481.560,82
Títulos Descontados	3.746.889,79	456.816,28	-	4.203.706,07
Financiamentos	1.268.543,24	2.641.191,75	5.813.312,07	9.723.047,06
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.361.716,23	3.485.235,79	2.356.464,85	7.203.416,87
TOTAL	17.347.018,22	26.549.267,24	67.798.412,15	111.694.697,61

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/



11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizado em Curso (a)		1.824.909,88	1.164.983,75
Terrenos		160.000,00	160.000,00
Edificações	4%	1.552.119,91	1.552.119,91
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(468.685,51)	(406.600,63)
Instalações	10%	535.159,11	480.401,34
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(265.500,76)	(280.116,88)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.454.797,80	2.120.029,75
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(815.364,55)	(1.002.797,71)
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.825.724,15	1.569.834,71
Sistema de Segurança e comunicação	10%	1.137.531,98	1.055.277,98
Veículos	20%	102.900,00	124.900,00
Benfeitorias em imóveis de terceiros		65.204,20	
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(2.088.282,59)	(1.375.759,39)
TOTAL		6.020.513,62	5.162.272,83

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

12. Intangível

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Outros Ativos Intangíveis	604.917,68	567.097,68
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(520.557,65)	(487.026,20)
TOTAL	84.360,03	80.071,48

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	70.854.529,44		40.160.974,64	
Depósito Sob Aviso	13.955,19	0,14%	13.672,85	0,32%
Depósito a Prazo	107.994.233,04	0,18%	83.421.066,00	0,34%
TOTAL	178.862.717,67		123.595.713,49	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	1.469.353,60	1%	1.307.382,15	1%
10 Maiores Depositantes	10.851.244,99	6%	6.714.811,59	5%
50 Maiores Depositantes	27.449.706,84	15%	17.188.019,34	14%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(130,29)	(359,04)	(354,26)	(705,02)
Despesas de Depósitos a Prazo	(939.155,80)	(2.318.215,02)	(2.067.696,53)	(4.210.910,17)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(11.306,52)	(20.320,09)	(3.165,87)	(3.343,67)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(125.570,07)	(221.167,21)	(87.137,93)	(168.900,26)
TOTAL	(1.076.162,68)	(2.560.061,36)	(2.158.354,59)	(4.383.859,12)

14. Recursos de aceite e emissão de títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04).

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio	1.266.359,06	116.481,64
TOTAL	1.266.359,06	116.481,64

Abaixo o saldo apropriado em despesas:

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	Taxa média	2º sem/19	31/12/2019	Taxa média
Despesa Letras de Crédito do Agronegócio	(11.306,52)	(20.320,09)	0,15%	(3.165,87)	(3.343,67)	0,33%

As Letras de Crédito do Agronegócio – LCA emitidas pelo **SICOOB SERTÃO** possuem remuneração entre 89% a 93% do CDI, com prazos de vencimento de até 22/09/2028, com prazo mínimo de carência 90 dias, conforme Resolução CMN N° 4.410/2015.

15. Relações interfinanceiras e Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2020		31/12/2019	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob	4,6% até 6,5%	Até 12/2024	4.432.018,44	1.205.686,85	6.436.167,56	1.817.512,41
(-) Despesa a apropriar Bancoob			(136.412,65)	(77.593,11)	(112.368,38)	(138.754,14)
Correspondente no país			10,21	-	1.177,58	-
TOTAL			4.295.616,00	1.128.093,74	6.324.976,76	1.678.758,27

a) As despesas dessa transação resultaram em 31/12/2020 o montante de R\$ 292.894,52 com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Operações de Empréstimos e Repasses".

16. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	57.552,68	51.851,18
Sociais e Estatutárias	1.793.618,32	1.135.578,59
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	383.946,99	391.635,24
Diversas	3.166.426,85	2.177.792,36
TOTAL	5.401.544,84	3.756.857,37

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(13.585.068,76)	(8.942.576,37)
Implantação de Saldos por Motivo de Incorporação	-	(274.601,66)
Constituições/Reversões no Período	(6.811.698,33)	(8.812.034,15)
Transferência/Reversões para Prejuízo no Período	12.477.987,82	4.444.143,42
TOTAL	(7.918.779,27)	(13.585.068,76)

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber da CENTRAL SICOOB BA referente ao mês de 12/2020.

(c) Composto por valores referente à venda de imóveis recebidos como dação de pagamento.

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	1.598.738,59	1%	2.937.148,25	3%
10 Maiores Devedores	5.907.169,01	5%	12.359.694,42	13%
50 Maiores Devedores	14.175.654,53	13%	20.119.526,76	22%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	18.994.335,74	16.488.974,29
Implantação de Saldos por Motivo de Incorporação	-	2.475.805,39
Valor das operações transferidas no período	13.050.320,69	4.444.143,42
Valor das operações recuperadas no período	(3.315.019,32)	(3.097.618,68)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(2.109.923,77)	(1.316.968,68)
TOTAL	26.619.713,34	18.994.335,74

h) Operações renegociadas:

Em **31/12/2020** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de **R\$ 27.672.211,45**, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados (a)	455.158,61	-	517.344,42	-
Rendas a Receber	176.570,39	-	285.310,28	-
Serviços prestados a receber	7.156,78	-	14.458,49	-
Outras rendas a receber	465,76	-	1.143,29	-
Rendimentos Centralização Financeira - Central (b)	168.947,85	-	269.708,50	-
Diversos	1.320.722,82	496.321,52	1.949.219,62	538.000,00
Adiantamento e antecipações salariais	38.957,65	-	-	-
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	77.722,70	-	39.518,16	-
Adiantamentos por conta de imobilizações	433.435,18	-	62.906,56	-
Devedores por compra de valores e bens (c)	202.929,12	496.321,52	162.179,76	538.000,00
Títulos e créditos a receber	501.773,50	-	1.178.595,70	-
Devedores diversos - país	65.904,67	-	506.019,44	-
Devedores por depósitos em garantia	-	1.500,00	-	1.500,00
Outros	-	1.500,00	-	1.500,00
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	-	679.818,24	-	487.062,65
Impostos e contribuições a compensar (d)	-	679.818,24	-	487.062,65
(-) Provisões para outros créditos	(344.813,38)	(5.497,14)	(415.528,46)	(16.992,33)
(-) Com características de concessão de crédito (e)	(312.604,66)	(5.497,14)	(377.589,47)	(16.992,33)
(-) Sem características de concessão de crédito	(32.208,72)	-	(37.938,99)	-
TOTAL	1.607.638,44	1.172.142,62	2.336.345,86	1.009.570,32

9. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Bens Não de Uso Próprio (a)	-	-	2.696.912,12	3.186.604,28
Material em Estoque	-	140,00	-	140,00
Despesas Antecipadas (b)	-	302.616,10	-	390.100,00
(Provisões para Desvalorizações) (c)	-	-	(280.222,00)	(280.222,00)
TOTAL	302.756,10	2.416.690,12	390.240,00	(2.906.382,28)

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, IPVA e alvará de funcionamento.

(c) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

10. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2020** e **31 de dezembro de 2019**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ações Central BA	6.028.367,07	5.503.374,86
Ações Bancoob	4.047.936,22	3.788.784,67
TOTAL	10.076.303,29	9.292.159,53





16.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Operações de Créditos – IOF	149,77	30.714,78
Operações com Valores Mobiliários	237,22	231,68
Tributos Municipais	57.165,69	20.904,72
TOTAL	57.552,68	51.851,18

(b) Composto pela contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31/12/2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 11.642.605,42. (R\$ 10.399.974,11 em **31/12/2019**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

16.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Resultado de Atos com Associados (a)	571.312,22	201.543,06
Cotas de Capital a Pagar (b)	1.222.306,10	934.035,53
TOTAL	1.793.618,32	1.135.578,59

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

16.3 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	58.516,15	60.058,07
Impostos e Contribuições s/ salários	229.410,77	260.147,79
IRRF s/ juros ao capital	358,34	7.654,28
Outros (a)	95.661,73	63.775,10
TOTAL	383.946,99	391.635,24

(a) Referem-se a IRRF s/ aplicações financeiras (R\$ 25.676,80), ISSQN a recolher (R\$ 45.890,63), Pis s/ Faturamento (R\$ 3.181,43) e Cofins s/ Faturamento (R\$ 20.912,87).

16.4 Diversas

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	234.717,90	1.399,62
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	101.371,86	49.764,88
Despesas de Pessoal	1.153.412,63	746.746,92
Outras Despesas Administrativas (a)	459.347,49	350.333,14
Ordem de Pagamento – Encerramento Conta Salário	1.049,82	74,70
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	345.590,77	456.698,71
Credores Diversos – País (c)	870.936,38	572.774,39
TOTAL	3.166.426,85	2.177.792,36

(a) Composto por provisão para de despesas de aluguéis (R\$ 15.782,70), assessoria técnica (R\$ 19.781,35), comunicação (R\$ 13.143,64), processamento de dados (R\$ 25.840,32) promoções e relações públicas (R\$ 1.091,96), manutenção de conservação de bens (R\$ 1.539,42), serviços gráficos (R\$ 2.100,00), compensação (R\$ 27.874,62), seguro prestamista (R\$ 310.495,31), outras despesas administrativas (R\$ 41.698,17).

(c) Composta por valores de pendências a regularizar (R\$ 26.252,65), diferença de caixa (R\$ 9.398,66), conta transitória (R\$ 150,78), créditos de terceiros (R\$ 529.637,75), cheques depositados (R\$ 97.403,56), pendência a regularizar Bancoob (R\$ 196.093,19), créditos diversos liquidação cobrança (R\$ 7.479,37), devolução de saldos credor – cartões (R\$ 4.520,42).

17. Instrumentos financeiros

O **SICOOB SERTÃO** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em **31 de dezembro de 2020** e **31 de dezembro de 2019**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. Patrimônio líquido

18.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	33.929.951,44	34.707.900,12
Associados	42.751	42.487

18.2 Reserva de Sobras

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 35%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades. Em 31 de dezembro de 2020, a Reserva Legal totalizava R\$ 12.826.704,08.

18.3 Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 08/06/2020, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2019**, no valor de R\$ 1.234.354,58.

18.4 Destinações estatutárias e legais



No exercício foi apurado resultado negativo com atos não cooperativos, o valor integral das sobras líquidas do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	5.560.071,67	2.015.430,64
Destinações estatutárias	(2.502.032,25)	(906.943,78)
Reserva legal - 35%	(1.946.025,08)	(705.400,72)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(556.007,17)	(201.543,06)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	3.058.039,42	1.108.486,86

19. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada a 100% da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 945.247,52.

20. Ingresso/Receita de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	153.515,69	330.655,03	183.163,75	408.287,88
Rendas De Empréstimos	9.439.819,45	17.529.300,76	9.185.076,90	17.617.740,34
Rendas De Direitos Creditórios Descontados	413.781,60	1.042.595,79	881.065,90	1.810.252,52
Rendas De Financiamentos	1.150.176,22	2.266.694,07	1.375.355,44	2.826.399,30
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplicações Com Recursos	49.646,55	56.960,30	-	-
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplicações Com Recursos	152.941,82	305.642,85	156.860,53	324.211,83
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplicações Com Recursos	5.934,30	30.945,74	38.942,92	60.159,05
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	2.562.769,42	3.301.196,25	1.997.604,55	3.095.854,51
Resultado de Op. Com Tit. e Val. Mobil. e Inst. Financeiros	11.501,84	26.346,61	10.507,34	15.872,41
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	1.013.485,99	2.373.049,38	1.871.889,84	3.709.206,66
TOTAL	14.953.572,88	27.263.386,78	15.700.467,17	29.867.984,50

21. Despesas (Dispêndio) de Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas De Captação	(1.076.162,68)	(2.560.061,36)	(2.158.354,59)	(4.383.859,12)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(138.304,84)	(292.894,52)	(194.304,25)	(376.984,42)
Provisões/Reversões para Operações de Crédito	(2.312.432,63)	(6.811.698,33)	(5.559.394,12)	(9.173.202,75)
Provisões/Reversões para Outros Créditos	(125.172,39)	(465.096,76)	(233.398,13)	(412.699,67)
TOTAL	(3.652.072,54)	(10.129.750,97)	(8.145.451,09)	(14.346.745,96)

22. Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Cobrança	383.445,17	662.584,80	273.785,94	540.884,99
Rendas de Serviços de Custódia	-	-	6,00	6,00
Rendas de outros serviços - Atos cooperativos	132.253,26	307.901,77	211.725,50	382.875,5
Rendas de outros serviços - Atos não cooperativos	2.350.993,97	4.436.885,62	1.885.842,85	3.277.124,22
TOTAL	2.866.692,40	5.407.372,19	2.371.360,29	4.200.890,71

23. Rendas (Ingressos) de Tarifas

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	1.519.818,20	3.329.063,70	2.196.388,50	4.194.701,10
Rendas de Serviços Prioritários - PF	433.441,12	931.848,57	493.450,02	977.442,46
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	1.778,44	2.774,87	1.822,03	3.775,05
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	1.277.491,29	2.591.440,54	1.365.259,62	2.309.288,84
TOTAL	3.232.529,05	6.855.127,68	4.056.920,17	7.485.207,45

24. Despesas (Dispêndios) de Pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(28.976,22)	(57.952,44)	(28.976,22)	(55.806,96)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(435.445,78)	(874.688,92)	(424.177,24)	(825.417,85)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(634.188,80)	(1.407.622,71)	(762.267,85)	(1.379.783,99)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(909.752,98)	(1.893.179,20)	(1.021.286,87)	(1.985.226,43)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.739.165,22)	(5.853.702,08)	(2.641.964,57)	(5.108.852,06)
Despesas de Pessoal - Treinamento	-	-	(11.377,07)	(12.320,00)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(92.557,99)	(195.557,17)	(131.068,32)	(254.938,78)
TOTAL	(4.840.086,99)	(10.282.702,52)	(5.021.118,14)	(9.622.346,07)

25. Despesas (Dispêndios) Administrativas

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(191.953,33)	(407.856,45)	(212.524,49)	(411.820,58)
Despesas de Aluguéis	(359.326,45)	(761.295,17)	(451.606,36)	(793.534,81)
Despesas de Comunicações	(192.959,27)	(378.357,13)	(202.843,81)	(358.767,05)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(114.914,45)	(359.141,75)	(339.883,63)	(526.762,38)
Despesas de Material	(78.778,08)	(150.142,88)	(98.666,03)	(192.061,78)
Despesas de Processamento de Dados	(604.804,33)	(1.240.843,08)	(537.104,57)	(987.700,91)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(258.280,68)	(415.445,08)	(217.018,97)	(303.254,45)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(62.956,52)	(153.006,65)	(116.093,21)	(204.972,62)
Despesas de Publicações	(490,00)	(980,00)	(15,78)	(2.662,92)
Despesas de Seguros	(227.592,86)	(465.692,55)	(157.265,03)	(236.311,30)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(971.623,28)	(1.881.691,75)	(956.419,31)	(1.866.530,23)
Despesas de Serviços de Terceiros	(294.378,83)	(529.446,43)	(291.331,96)	(579.363,40)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(345.421,01)	(706.947,74)	(400.008,34)	(772.691,95)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(45.992,69)	(161.138,74)	(223.209,90)	(458.975,45)
Despesas de Transporte	(536.955,48)	(1.093.463,80)	(731.090,11)	(1.396.416,50)
Despesas de Viagem no País	(19.701,18)	(47.887,77)	(130.735,60)	(260.380,49)
Despesas de Multas Aplicadas pelo Banco Central	-	-	-	(75.000,00)
Despesas de Amortização	(18.137,01)	(33.531,45)	(18.750,20)	(48.394,58)
Despesas de Depreciação	(355.977,67)	(684.666,43)	(309.614,44)	(597.799,67)
Outras Despesas Administrativas	(113.115,26)	(205.481,64)	(151.218,90)	(267.737,16)
Emolumentos judiciais e cartorários	(76.084,46)	(372.069,23)	(190.432,17)	(410.999,61)
Contribuição				



28. Outras (Dispêndios) Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Recursos do PROAGRO	-	-	(8,24)	(8,24)
Correspondente Bancário	(106.798,02)	(245.800,78)	(163.481,28)	(289.415,63)
Perdas por Demandas Trabalhistas	-	-	-	(102.000,00)
Passivos Contingentes	(8.901,39)	(29.073,32)	(79.520,02)	(87.949,02)
Perdas Práticas Inadequadas	-	-	-	(183.366,61)
Perdas Falhas em Sistemas de TI	-	-	-	(6.460,00)
Perdas Falhas de Gerenciamento	(40.462,75)	(48.805,39)	(52.686,93)	(60.717,22)
Perdas Fraudes Externas	-	(4.220,00)	(879.075,08)	(879.075,08)
Perdas Danos a Ativos Físicos	(14.500,93)	(14.500,93)	-	-
Custo com Portabilidade – RCO	(32.809,84)	(43.609,10)	(12.909,73)	(17.880,74)
Outras Despesas Operacionais	(324.087,99)	(438.826,20)	(319.172,24)	(622.705,77)
Descontos concedidos - operações de crédito	(91.399,02)	(227.247,77)	(107.641,43)	(161.262,44)
Cancelamento - tarifas pendentes	(814.398,08)	(2.200.824,41)	(1.383.386,64)	(2.420.397,51)
TOTAL	(1.433.358,02)	(3.252.907,90)	(2.997.881,59)	(4.831.238,25)

29. Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Reversão provisão para garantias prestadas	289.407,07	626.653,32	341.078,67	578.062,39
Garantias financeiras prestadas	(239.104,74)	(515.545,38)	(336.680,20)	(688.488,81)
TOTAL	50.302,33	111.107,94	4.398,47	(110.426,42)

30. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Lucro em Transações com Valores de Bens	31.531,72	31.531,72	10.668,53	10.668,53
Reversão de Provisões não Operacionais	28.387,84	28.387,84	-	-
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-	(113.460,00)	(16.500,00)	(46.441,13)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(22.240,00)	(22.240,00)	(116.080,00)	(116.080,00)
Resultado Líquido	37.679,56	(75.780,44)	(121.911,47)	(151.852,60)

31. Resultado Abrangente

O Banco Central do Brasil por meio da Resolução nº 4720 de 30 de maio de 2019 que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020, determinou a elaboração e divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Não houve resultado abrangente no exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

32. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	1.444.651,76	0,6539%	7.853,26
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	361.174,97	0,1635%	4.111,73
TOTAL	1.805.826,73	0,8173%	11.964,99
Montante das Operações Passivas	2.461.501,85	1,9857%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31 de dezembro de 2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	1.722,38	8,61	0,0985%
Conta Garantida	3.597,19	107,92	0,2696%
Direitos Creditórios Descontados	55.526,18	1.665,79	0,7708%
Empréstimos	468.293,85	9.089,64	0,5353%
Financiamentos	4.356,35	21,78	0,0448%
Financiamentos Rurais	78.614,08	279,25	1,8701%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	130.007,39	0,1847%	0%
Depósitos a Prazo	1.662.190,98	1,5389%	0,1521%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m.)
Direitos Creditórios Descontados	1,2275%	1,4799%
Empréstimos	1,4281%	34,6386%
Financiamentos Rurais - repasses	1,0325%	37,5667%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	100,7153%	162,3601%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020		
CPR (física, financeira, coobrigações)		
Empréstimos e Financiamentos	0,3764%	
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,5971%	
Crédito Rural (modalidades)	0,0422%	
Aplicações Financeiras	1,9857%	

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	9.804,49
Empréstimos	477.235,92
Financiamentos	42.569,17
Financiamentos Rurais	71.228,33

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2020	31/12/2019
Coobrigações	121.496,88	94.105,18

f) No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Honorários	(658.275,84)	(643.081,40)
Cédulas de presença Conselho Fiscal	(57.952,44)	(55.806,96)
Cédulas de presença Conselho Administrativo	(143.271,31)	(130.216,24)
Gratificações	(73.141,77)	(52.120,21)
INSS	(186.528,42)	(176.244,96)
FGTS	(58.513,44)	(55.835,11)
Plano de Saúde	(34.137,96)	(25.198,56)
Seguros	(4.420,44)	(4.587,48)
Previdência Privada	(12.292,92)	(12.398,52)

h) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

31/12/2020	31/12/2019
269.793,65	298.010,40

33. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CREDITO DO SERTAO BAIANO LTDA - SICOOB SERTAO**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA - SICOOB CENTRAL BA**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL BA**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL BA** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB SERTÃO** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL BA** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-parte do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL BA, em 30/06/2020 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 31 de Julho de 2020 com opinião sem modificação.

34. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Centro Cooperativo Sicoob – CCS.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

34.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

34.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;



- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

34.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

34.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Centro Cooperativo Sicoob – CCS) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

34.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Centro Cooperativo Sicoob – CCS realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

35. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

36. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativos Ponderados pelos Risco (RWA)	143.530.900,46	112.248.922,36
Patrimônio de Referência (RWA _{RPS})	40.225.658,88	37.727.655,66
Índice de Basileia %	28,03%	33,61%
Razão de Alavancagem (RA) %	16,19%	19,99%
Índice de imobilização %	14,97%	13,68%

37. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Outros		- 1.500,00		- 1.500,00
TOTAL		- 1.500,00		- 1.500,00

a) Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB SERTÃO**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 3.957.050,49. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

38. Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Multi-instituído. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no mínimo 1% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2020 totalizaram R\$ 140.002,21.

Pintadas - BA, 31 de dezembro de 2020

Romildo Pedreira de Almeida
Diretor Operacional

Everaldo Alves Oliveira
Diretor Administrativo

Valmir Lima Silva
Contador – CRC/BA nº 023450/O-3



8

RELATÓRIO DA AUDITORIA

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito do Sertão Baiano Ltda. - SICOOB SERTÃO

Pintadas - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito do Sertão Baiano Ltda. - SICOOB SERTÃO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB SERTÃO em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. No entanto, não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Brasília/DF, 17 de março de 2021.

Sófocles Barbosa de Oliveira
Contador CRC PB 008067/O
CNAI 1804

9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito do Sertão Baiano Ltda – SICOOB SERTÃO, CNPJ: 02.057.584/0001-67, pelos seus membros efetivos abaixo assinados, cumprindo as prerrogativas que lhes são inerentes, entre as quais, a de proceder a análise, fiscalização e conferência dos documentos contábeis e financeiros, faz saber que no exercício de sua função, após exame dos documentos que compõem o Balanço Patrimonial referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes, entende que as peças examinadas representam adequadamente, nos seus aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira do Sicoob Sertão e reconhece o bom desempenho das atividades da Cooperativa em consonância à Política de Governança.

Assim sendo, opina pela aprovação dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária.

Pintadas, 22 de março de 2021

Manoel Robério F. Soares
Coordenador

Gilnei Mendes Pedreira
Secretário

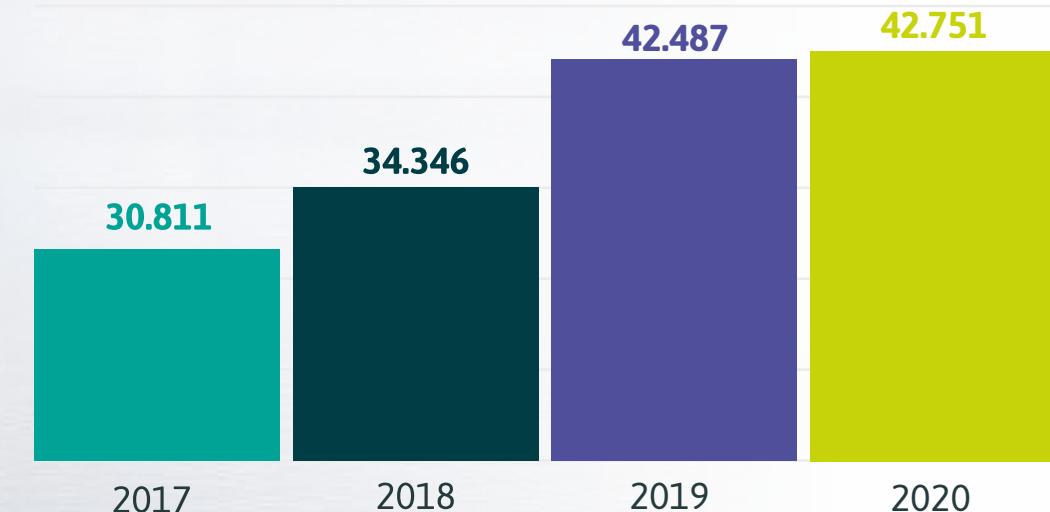
Janilton Teixeira de Santana
Membro



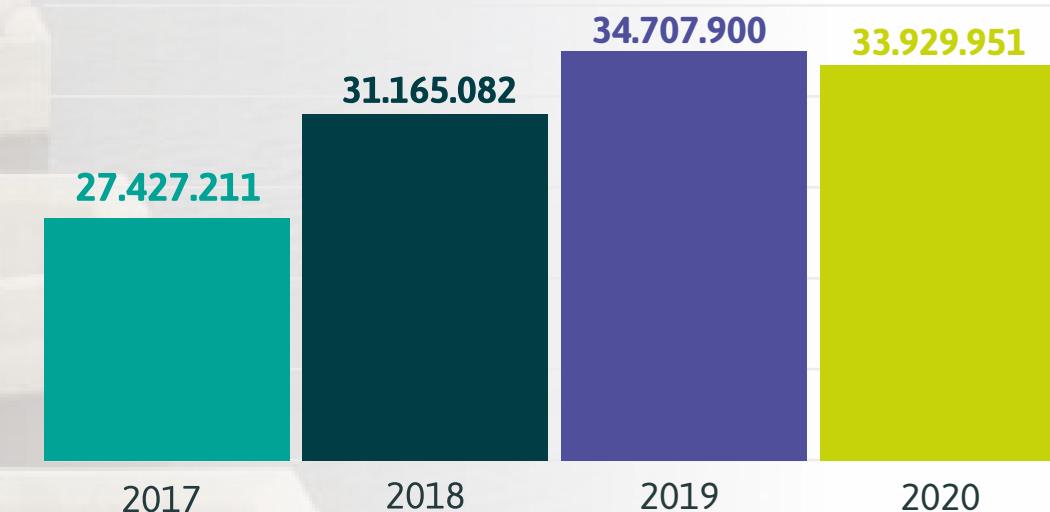
10

DEMONSTRAÇÕES GRÁFICAS

Número de Cooperados

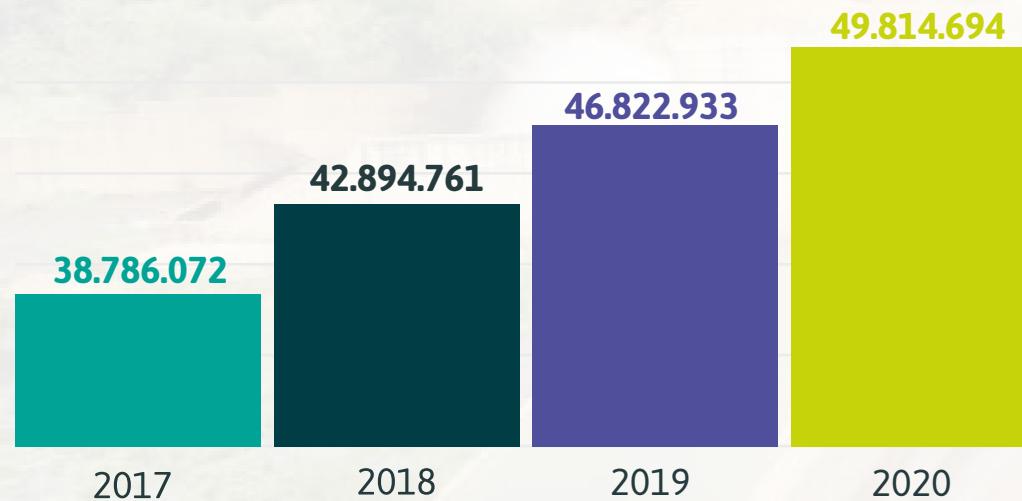


Capital Social

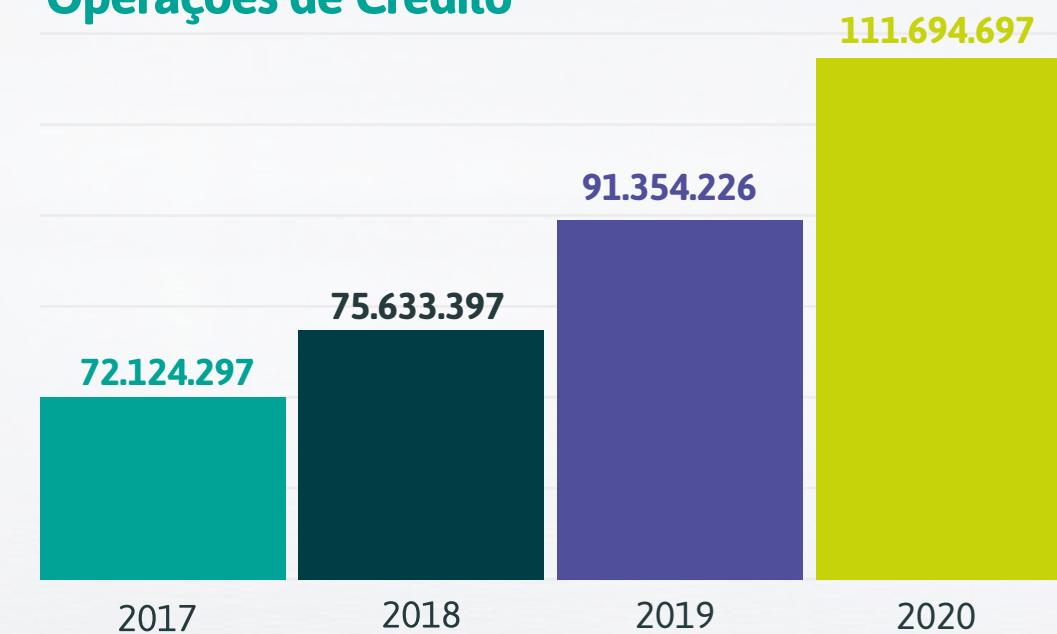




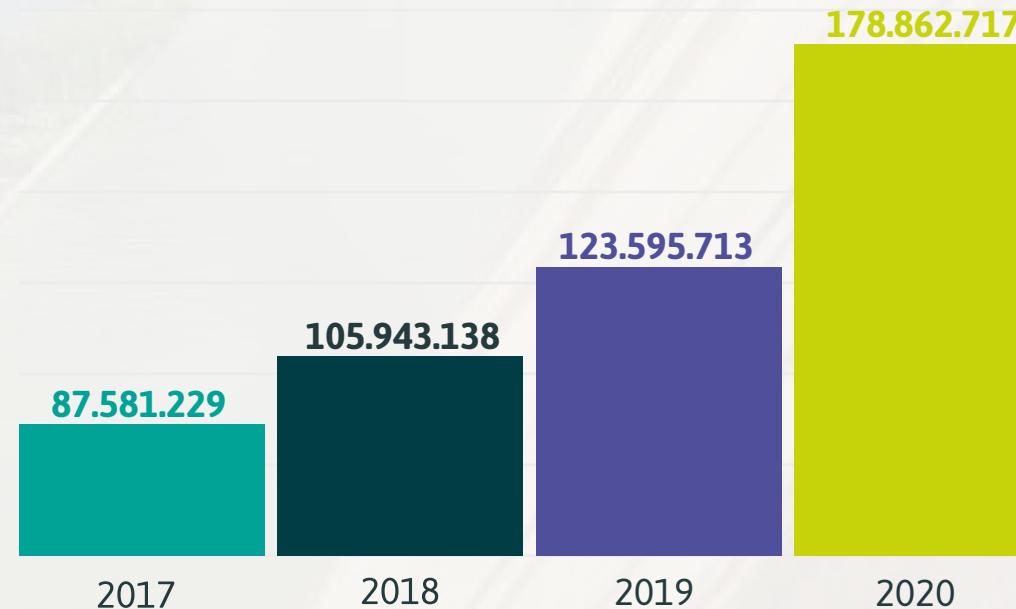
Patrimônio Líquido



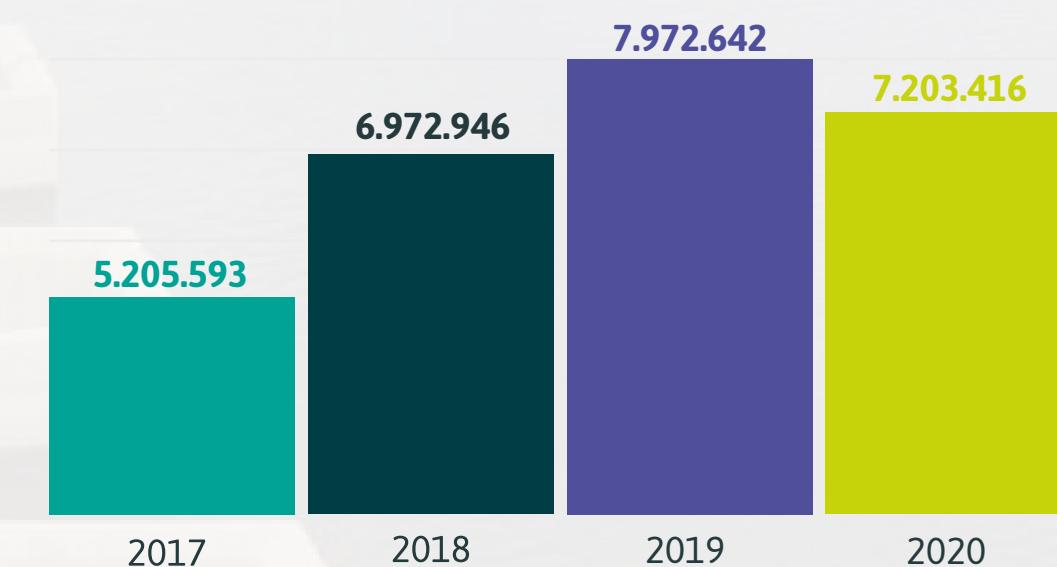
Operações de Crédito



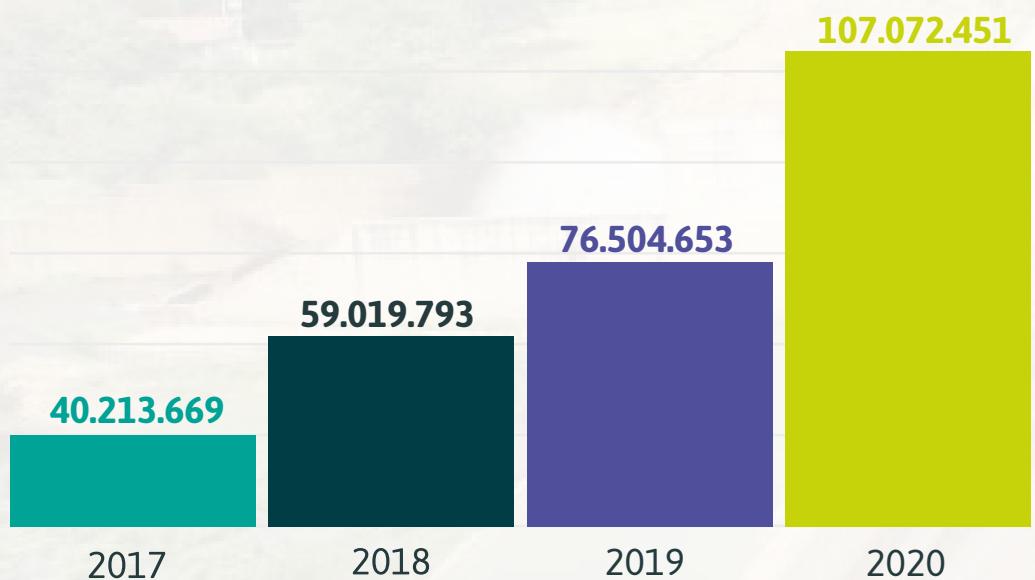
Depósitos



Financiamentos Rurais



Centralização Financeira



Ativos Totais



O CRÉDITO EMPRESARIAL DO SICOOB*
É O MELHOR NEGÓCIO.
SUA EMPRESA FICA CAPITALIZADA
E VOCÊ, TRANQUILO.



O Sicoob possui o crédito ideal para aumentar o capital de giro da sua empresa e a sua tranquilidade. Você pode contar com ele sempre que precisar, inclusive agora para pagar, sem aperto, as despesas de fim de ano. Você financia o pagamento do 13º salário e das férias dos seus funcionários, sem prejudicar seu fluxo de caixa. O pagamento é feito de forma única ou parcelada, com as melhores taxas do mercado, e você ainda aumenta sua participação nos resultados da cooperativa.

O Crédito Empresarial do Sicoob* é assim: precisou, está na mão!

sicoob.com.br

Central de Atendimento Sicoob - 4000 1111 - Capitais e regiões metropolitanas
9800 642 9999 - Demais localidades - Atendimento 24 horas | Ouvidoria - 9800 725 9996
De segunda a sexta, das 8h às 20h - ouvidoriasicoop.com.br | Deficientes auditivos ou de fala - 0800 940 0458 - De segunda a sexta, das 8h às 20h

*Operação sujeita a análise e aprovação de crédito.
Informe-se sobre a disponibilidade deste produto na sua cooperativa de crédito.

 **SICOOB**
Faça parte.



ONDE ESTAMOS

PINTADAS

 Praça Honorato Gonçalves, 84 - Centro
(75) 3693-2288

CAPELA DO ALTO ALEGRE

 Praça Joaquim Machado, 144 - Centro
(75) 3690-2164

IPIRÁ

 Praça Roberto Cintra, 332 - Centro
(75) 3254-1752

VÁRZEA DA ROÇA

 Praça Alfredo Navarro, 265 - Centro
(74) 3669-2096

ITABERABA

 Praça Flávio Silvany, 143 - Centro
(75) 3251-1319

PÉ DE SERRA

 Praça do Comercio, 85 - Centro
(75) 3660-2275

BOA VISTA DO TUPIM

 Av. 18 de Fevereiro, 30 - Centro
(75) 3326-2112

BAIXA GRANDE

 Av. 2 de Julho, 877 - Centro
(74) 3258-1310

RUY BARBOSA

 Praça Adalberto Ribeiro Sampaio, 89 - Centro
(75) 3252-2206

UTINGA

 Praça Wilson Peixoto Karaoglan, SN - Centro
(75) 3337-2102

PIRITIBA

 Rua Alameda Sampaio, S/N - Centro
(74) 3628-3126

IRECÉ

 Praça do Feijão nº 10 - Centro
(74) 3641-5960

SENHOR DO BONFIM

 Praça Dr. José Gonçalves, 280 - Centro
(74) 3541-5968

PONTO NOVO

 Praça Leonidas Freire S/N - Centro
(74) 3677-1302

ANDORINHA

 Praça Rubem Alves, nº 9998 - Centro
(74) 3529-1053

CAMPO FORMOSO

 Praça da Bandeira, nº 95 - Centro
(75) 3693-2288

SEABRA

 Rua Conego João Pedro Alves, nº 128 - Centro
(75) 3693-2288

RELATÓRIO ANUAL 2020



/sicoobsertao



/sicoobsertao



@SICOOB_oficial



/sicoob-confedera-o



/sicooboficial

